



## Fim da desoneração de 56 setores da economia segue para sanção

Empresas que pagam 1% de contribuição previdenciária, como o comércio varejista, passarão a recolher 2,5%. Quem atualmente paga 2% vai contribuir com 4,5%

**P**or 45 votos contra 27, o Senado aprovou projeto do Executivo que revê a política de desoneração da folha de pagamentos e aumenta as alíquotas sobre a receita bruta. Mudanças feitas pela Câmara foram mantidas para não atrasar a entrada

em vigor, o que gerou críticas. As novas regras começam a valer 90 dias após a publicação da lei. O líder do governo, Delcídio do Amaral, disse que a aprovação abre caminho para os projetos da Agenda Brasil, que visam impulsionar a economia. **3**

Durante a votação, senadores contrários ao projeto dizem que mudanças na carga tributária geram insegurança jurídica para os empresários



Jefferson Rudy/Agência Senado

### Avança proposta da Câmara sobre eleição

A Comissão da Reforma Política aprovou ontem o texto-base do projeto da Câmara sobre eleições. Foram incorporadas propostas já acatadas na comissão e no Senado e sugestões do Tribunal Superior Eleitoral. Depois da votação de destaques, na terça-feira, o texto irá ao Plenário com urgência. **5**

Jorge Viana, presidente da comissão, e Romero Jucá, relator: sugestões de mudanças serão avaliadas uma a uma

Marcos Oliveira/Agência Senado



### Grupo vai colaborar para reestruturação econômica do país

O Plenário aprovou ontem requerimento das lideranças partidárias para a criação de comissão especial de juristas, composta por 14 titulares e 14 suplentes. A finalidade é apresentar anteprojetos que, por meio da desburocratização da administração pública, apontem para o desenvolvimento econômico com base no ajuste fiscal já concluído. **8**

### Comissão deve sabatar Janot na quarta-feira

Indicado à recondução para o cargo de procurador-geral da República, Rodrigo Janot será sabatinado pela Comissão de Constituição e Justiça. A indicação deverá ser votada em Plenário no mesmo dia da sabatina, disse o presidente do Senado, Renan Calheiros. Para ser aprovada no Plenário, são necessários os votos favoráveis de pelo menos 41 senadores. **5**

### Normas para testes de DNA passam em 1ª votação **7**

### Senadores criticam PEC que tira verba de fundo regional **6**

### Parlamentares da América Latina se reúnem no Congresso **2**

### Reajuste de piso do magistério é polêmico



Gerardo Magela/Agência Senado

Em audiência ontem sobre a valorização dos profissionais da educação, especialistas e senadores divergiram sobre os critérios para atualizar o piso dos professores. Valor é pago apenas em 52% dos estados, diz ministério. **8**

Vice-presidente da Comissão de Educação, Fátima Bezerra coordena debate sobre valorização do professor



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Aprovado texto preliminar de lei para gestão de estatais

Relatório aprovado ontem pela comissão mista encarregada de elaborar projeto de Lei de Responsabilidade das Estatais determina que os integrantes dos conselhos de administração não pode-

rão ter relações sindicais, partidárias ou de parentesco com pessoas no comando do Poder Executivo ou da própria empresa. Agora o texto será analisado pelo Senado e pela Câmara. **4**



# Reunião do Parlatino frisa integração entre os povos

Parlamentares brasileiros e estrangeiros participam desde ontem de ciclo de encontros do Parlamento Latino-Americano, fundado em 1964 em prol da democracia e que reúne atualmente 23 países

PARLAMENTARES DE PAÍSES da América Latina participaram ontem de manhã da abertura do ciclo de reuniões do Parlamento Latino-Americano (Parlatino). A cerimônia, realizada no Plenário, foi conduzida pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, que destacou a importância da instituição para a integração social e política dos povos da região.

Renan disse que, ao formar grupos como o Parlatino, os Poderes Legislativos reforçam sua importância para a manutenção da paz e dos Estados democráticos. Para ele, a integração das nações não depende apenas dos Poderes Executivos:

— O processo de integração regional é certamente o caminho mais seguro para superação de eventuais divergências. Nossa índole pacífica nos protege de conflitos e nos faz buscar a prevalência da amizade e solidariedade entre os povos.

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, lembrou que “nunca em nossa história tivemos uma relação tão próxima com os vizinhos”. Para ele, poucas nações tiveram o



Presidente do Parlatino, a mexicana Blanca Alcalá disse que tudo começou no Brasil

dom de construir uma rede tão amistosa em seu entorno: — Ameaça, confronto e guerra não fazem parte de nosso vocabulário diplomático — avaliou.

O presidente do Grupo Brasileiro do Parlatino, senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), disse esperar que, no fim do encontro, sejam apresentadas propostas viáveis para o aperfeiçoamento dos sistemas democráticos dos países. Ele destacou que a criação do Parlatino se deu justamente pela defesa da democracia, em 1964.

A atual presidente da instituição, a senadora mexicana Blanca Alcalá, apresentou os

eixos de trabalho adotados desde que assumiu o comando no ano passado e lembrou que no Brasil, primeira sede do órgão, foram dados os passos iniciais para a institucionalização do Parlatino.

Fundado em 1964, o Parlatino é uma organização regional integrada pelos Parlamentos nacionais da América Latina e conta hoje com a participação de 23 países.

A nova rodada de reuniões entre parlamentares brasileiros e estrangeiros, que termina hoje, envolve as Comissões de Assuntos Jurídicos, de Assuntos Políticos e de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Comunicação do órgão.

## Wellington defende navegação de cabotagem

A cabotagem, modalidade de navegação que faz transporte de cargas entre portos de um mesmo país, representa hoje menos de 10% da matriz brasileira de transporte de carga, enquanto na União Europeia chega a 37% e na China, a 48%.

A afirmação foi feita por Wellington Fagundes (PR-MT) ontem no lançamento da agen-

da legislativa e do plano de ação da Frente Parlamentar Mista de Logística de Transporte e Armazenagem, que fez workshop sobre cabotagem no Brasil.

O evento reuniu os ministros dos Transportes, Antonio Carlos Rodrigues, e da Agricultura, Kátia Abreu, parlamentares, representantes de agências reguladoras e da iniciativa

privada e técnicos do setor de transportes aquaviários.

Presidente da frente, Wellington disse que é preciso investir em infraestrutura para reavivar a economia e destacou que, em relação à cabotagem, o país é privilegiado pela geografia:

— Temos uma costa navegável com enorme potencial, porém, pouco utilizada.

## Parlamento latino amplia diálogo entre países, diz Hélio José

Hélio José (PSD-DF) registrou o ciclo de reuniões do Parlamento Latino-Americano (Parlatino). Para o senador, o Parlatino é fundamental para que parlamentares possam debater e buscar soluções comuns a seus países. A intenção do encontro, explicou, é propor políticas públicas que melhorem as condições de vida em toda a região.

— Por meio de órgãos como o Parlatino, o diálogo com nossos países vizinhos e irmãos é fortalecido — afirmou.

## Para Lídice, governo precisa subsidiar energia solar e eólica

Lídice da Mata (PSB-BA) agradeceu à Comissão de Infraestrutura pela aprovação de seu projeto que prevê subsídios econômicos para financiamento de sistemas de geração de energia fotovoltaica e eólica de pequeno porte. O PLS 475/2013 isenta de IOF e IPI o financiamento e a importação de equipamentos para geração de energia a partir do sol e do vento. O objetivo da medida é estimular a população e os pequenos produtores a adotar esse tipo de energia, que tem custo mais baixo.

## Vanessa cobra criação de cota para mulher no Poder Legislativo

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu a proposta que reserva 10% das cadeiras do Congresso, das assembleias legislativas e das câmaras municipais para as mulheres nas próximas eleições. O percentual, segundo o texto, subirá para 12% e 16% nas eleições seguintes.

A senadora disse que há acordo para que a proposta seja aprovada do jeito que está e comentou que há estados onde não existe nenhuma deputada estadual, como Sergipe.

## Sessão do Congresso em que se analisariam vetos é cancelada

Foi cancelada a sessão de ontem do Congresso. Ronaldo Caiado (DEM-GO) havia dito que a oposição obstruiria a sessão devido à não inclusão na pauta dos vetos ao reajuste

do Judiciário e aos incentivos para o diesel e a compra de livros por professores. Eles não foram incluídos porque não completaram 30 dias da chegada ao Congresso.

## Sem quórum, Comissão do Pacto Federativo adia discussão de projeto

Por falta de quórum, a Comissão Especial para o Aprimoramento do Pacto Federativo cancelou a reunião de ontem. O debate sobre o PLS 508/2015 foi adiado, e a

data ainda não foi marcada. A proposta, de José Serra (PSDB-SP), dispõe sobre o prazo do apoio à transferência do domínio da malha rodoviária federal para os estados.

## Ana Amélia cita crise no RS e pede partilha de recursos

Ana Amélia (PP-RS) está preocupada com a crise que atinge as finanças do Rio



Grande do Sul e que obrigou o governo de José Ivo Sartori a parcelar salários. Por causa da medida, disse, os servidores devem paralisar as atividades em setores como saúde, educação e segurança. Ela defendeu um novo pacto federativo para melhorar a divisão das receitas entre União, estados e municípios.

## Medeiros critica texto que compensa estados por ICMS

José Medeiros (PPS-MT) criticou a MP que cria compensações a estados que perderem arrecadação com a convergência de



alíquotas do ICMS. Para ele, a reforma do ICMS é indispensável, mas a proposta de usar as multas de repatriação de recursos de brasileiros no exterior para compensar os estados é questão polêmica em tramitação e, caso aprovada, não é certo que os detentores de tais ativos decidam repatriá-los.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



- CRA Defesa agropecuária**  
8h Audiência interativa sobre defesa agropecuária brasileira e internacional com a presença de representantes da Sociedade Brasileira de Defesa Agropecuária, do Ministério da Agricultura e da Controladoria-Geral da União.
- CPI DO CAFE Depoimentos**  
9h A CPI ouve o auditor fiscal Eduardo Cerqueira Leite, o advogado Wagner Pires de Oliveira, o assessor Lutero Fernandes do Nascimento e o ex-auditor fiscal Jefferson Ribeiro Salazar.
- CDH Trabalho no McDonald's**  
9h Audiência interativa sobre o direito do trabalho na rede McDonald's com representantes dos Partidos Trabalhistas da Inglaterra e da Nova Zelândia.
- CMO LDO 2016**  
9h Comissão mista avalia, entre outros itens, o PLN 1/2015, sobre diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária de 2016. Após, audiência pública com a presença do ministro do Esporte, George Hilton, sobre a Lei de Incentivo ao Esporte.

- CRE Audiência e sabatina**  
9h A comissão avalia acordos internacionais e, após, faz audiência interativa sobre a Venezuela. Depois, sabatina embaixadores para Espanha e Botsuana.
- CPI DO FUTEBOL Reunião**  
10h15 A comissão avalia requerimentos.
- PRESIDÊNCIA Reunião da Mesa**  
11h Renan Calheiros preside reunião da Mesa Diretora. Às 12h, lançamento do novo Portal do Senado.
- PLENÁRIO Sessão especial**  
11h Sessão especial de 60 anos da Apae e Semana da Pessoa com Deficiência. Às 11h30, sessão deliberativa extraordinária.
- MESA DO SENADO Reunião**  
11h Na pauta, projeto que cria Comissão de Transparência e Governança Pública.
- SISTEMA TRIBUTÁRIO Instalação**  
11h Instalação e eleição do presidente e do vice da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional.
- INSTITUCIONAL Lançamento de livros**  
18h30 Lançamento de livros do Projeto Talentos do Senado.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 9h, a reunião da Comissão de Relações Exteriores. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



# Aprovada a reoneração da folha de 56 setores

Projeto é parte do ajuste fiscal e foi aprovado como veio da Câmara para evitar que tivesse que voltar para a análise dos deputados, mas recebeu críticas até de governistas

O SENADO APROVOU ontem o projeto que ajusta a política de desoneração da folha de pagamentos e aumenta as alíquotas incidentes sobre a receita bruta das empresas de 56 setores da economia.

O acolhimento do PLC 57/2015 no formato enviado pelos deputados gerou críticas até da base do governo. Os senadores haviam apresentado 29 emendas. Todas foram rejeitadas. Se o Senado fizesse qualquer alteração, o texto — que faz parte do ajuste fiscal — voltaria à Câmara, atrasando a entrada em vigor da proposta.

O projeto foi enviado ao Congresso pelo Executivo. Com a aprovação, setores que hoje pagam 1% de contribuição previdenciária — como varejistas e fabricantes de brinquedos — passarão a recolher 2,5%. Já os que atualmente pagam 2%, como empresas de tecnologia da informação, contribuirão com 4,5%. Mas o texto aprovado na Câmara concedeu benefícios para outros setores, que pagarão menos impostos.

Para o relator, Eunício Oliveira (PMDB-CE), mesmo que o texto que veio da Câmara tivesse problemas, era preciso aprová-lo para dar um fim à “pauta negativa” do ajuste fiscal e começar a pensar nos próximos passos para o país.

— É praticamente impossível continuarmos apenas falando de ajustes econômicos recessivos diante do sacrifício já imposto às forças produtivas e à população — disse.

O líder do governo, Delcídio do Amaral (PT-MS), ressaltou que a votação do PLC 57/2015 abre caminho para que o Senado comece a analisar os projetos da Agenda Brasil, conjunto de propostas elencadas pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, para impulsionar a economia do país.

O fato de apenas algumas áreas terem sido beneficiadas pelas mudanças na Câmara gerou críticas de José Agripino



Senadores queriam a ampliação de benefícios para mais setores da economia, mas as 29 emendas acabaram rejeitadas

(DEM-RN) e Cássio Cunha Lima (PB), líder do PSDB.

O mecanismo de desoneração, criado em 2011 e ampliado nos anos seguintes, prevê a troca da contribuição patronal para a Previdência, de 20% sobre a folha de pagamentos, por alíquotas incidentes na receita bruta. O texto do projeto aumenta as duas alíquotas atuais de 1% e 2% para, respectivamente, 2,5% e 4,5%.

O aumento de alíquotas valerá após 90 dias de publicação da lei. Mesmo com esse aumento, 40% das empresas

da indústria continuarão beneficiadas pela desoneração. Segundo o governo, o reajuste é necessário para reequilibrar as contas devido à grande renúncia fiscal, que atingiu R\$ 21,5 bilhões em 2014, valor superior aos R\$ 13,2 bilhões não arrecadados em 2013.

A previsão inicial do Ministério da Fazenda era diminuir em R\$ 12,5 bilhões ao ano a renúncia fiscal trazida pela desoneração, mas o substitutivo da Câmara reduz em aproximadamente 15% essa economia, que ficará em torno

de R\$ 10 bilhões.

A insegurança jurídica para os empresários com mudanças na carga tributária foi um dos pontos citados pelos senadores, já que o governo retirou a desoneração menos de um ano depois de confirmar a continuidade da medida. O risco de desemprego também foi ponto recorrente nas críticas.

## Demissões

Segundo Alvaro Dias (PSDB-PR), a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) prevê que 54% das indústrias de

transformação que deixarem de ser beneficiadas demitirão empregados. Podem ainda crescer gastos com o seguro desemprego e haver mais demissões em razão da redução do consumo.

Para o líder do PT, Humberto Costa (PE), o governo reconheceu o esgotamento das políticas anticíclicas e é por isso que o ajuste se faz necessário.

— Os trabalhadores já deram a sua cota. Agora é a hora de os empresários darem a sua contribuição — argumentou.

A “reoneração” também foi apoiada por Randolfe Rodrigues (PSOL-AP). Já Romero Jucá (PMDB-RR) defendeu a ampliação dos benefícios para outros setores da economia em nome da empregabilidade.

Para Ricardo Ferraço (PMDB-ES), o governo não oferece contrapartida, como a redução das despesas de custeio da máquina pública. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que o governo não teve humildade de se dirigir à oposição para discutir as medidas do ajuste fiscal. Blairo Maggi (PR-MT) acredita que o pacote de ajuste não será suficiente para equilibrar as contas do país.

## Senadores temem que aumentos sejam repassados aos consumidores

Alguns setores pagarão menos impostos que o inicialmente previsto no projeto graças às alterações feitas pela Câmara. O texto aprovado pelos deputados aumentou a taxa de 2% para 3% no caso dos setores de *call center* e de transporte rodoviário, ferroviário e metroviário de passageiros. O aumento inicialmente previsto para essas áreas seria para 4,5%.

Acir Gurgacz (PDT-RO) e Ronaldo Caiado (GO), líder do DEM, lembraram que o centro das manifestações de 2013 foram as tarifas de transporte coletivo. Agora, o

aumento na alíquota pode ser repassado para o usuário no preço das passagens.

Em resposta, os líderes do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE), e no Senado, Delcídio do Amaral, sugeriram a apresentação de projeto de lei para tratar do tema ou a inclusão das mudanças em alguma medida provisória já em tramitação.

Na outra faixa de alíquota, de 1%, haverá um aumento para 1,5% nas empresas jornalísticas, de rádio e de TV, de transporte de cargas, aéreo e marítimo de passageiros, nos operadores de portos, no

setor calçadista, na produção de ônibus e no setor de confecções. O setor de carnes e derivados continua a ser tributado com 1% da receita bruta. Pelo texto original do Executivo, todos esses setores passariam a pagar 2,5%.

A alíquota padrão, aumentada de 1% para 2,5%, atingirá empresas de manutenção e reparação de aeronaves, o setor varejista, fabricantes de brinquedos e fornecedores de granitos e mármore, entre outros. Já a alíquota de 4,5% incidirá nas empresas do setor hoteleiro, construção civil e de tecnologia da informação

e comunicação (TI e TIC).

Quando o projeto virar lei, o enquadramento em tributação com base na receita bruta não será mais obrigatório. A opção deverá ocorrer em janeiro de cada ano. Excepcionalmente, para 2015, a opção poderá ocorrer em agosto, valendo para o restante do ano.

Os setores mais beneficiados pela desoneração eram a construção civil (22,6 mil empresas), comércio varejista (10,8 mil empresas) e tecnologia da informação (10,7 mil empresas).

(Com Agência Câmara)

## Texto inclui isenções para as Olimpíadas do Rio

O projeto que reonera folhas de pagamentos (PLC 57/2015) também altera a lei que disciplina isenções e suspensões tributárias para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, no Rio de Janeiro (Lei 12.035/2009).

Uma das mudanças prevê a isenção tributária na entrada de bens duráveis acima de R\$ 5 mil a serem usados nos Jogos se eles forem posteriormente doados à União para repasse a entidades.

O texto também estabelece que empresa estrangeira contratada para captação e transmissão de imagens de televisão dos eventos poderá funcionar apenas com cadastro perante os fiscos.

Além disso, famílias que tenham

sofrido desapropriação ou reassentamento devido a obras para as Olimpíadas não precisarão contribuir ou pagar seguro dos imóveis para os quais foram realocados, se financiados com recursos dos Fundos de Arrendamento Residencial (FAR) ou de Desenvolvimento Social (FDS), mesmo que sua renda exceda o mínimo exigido para o benefício. A União poderá também ceder imóveis habitacionais para atividades relacionadas à realização dos Jogos, segundo regulamentação do Executivo.

O projeto também amplia os casos de isenção da Cofins e do Pis-Pasep previstos já na lei atual.

## Ângela defende projeto que reonera empresas

A reoneração da folha de pagamento de empresas que anteriormente haviam sido beneficiadas com redução de encargos trabalhistas foi defendida por Ângela Portela (PT-RR). A senadora diz que a desoneração foi adotada pelo governo para conter os efeitos da crise e teve resultados até o ano passado.

— Só que a crise demorou mais que o previsto e, agora, o governo precisa fazer uma correção de rumos.

Para ela, a reoneração reequilibrará as contas públicas.



## Pinheiro: Senado cumpre missão ao propor agenda

Walter Pinheiro (PT-BA) ressaltou o papel do Senado na apresentação de um conjunto de propostas, reunidas na Agenda Brasil, capaz de superar a crise do país diante do que considera insuficiência de iniciativa do Executivo.

O senador discorda dos que dizem que as propostas fazem parte da pauta do PMDB e do presidente do Senado, Renan Calheiros.

— Por que o Senado não pode propor alternativas? O que o Executivo mandou nós julgamos insuficiente.





# Estatais terão de seguir regra de boa governança

Comissão mista encarregada de elaborar proposta de lei de responsabilidade para o setor aprovou ontem relatório preliminar, que agora será analisado por Senado e Câmara

OS CONSELHOS DE administração das estatais deverão ter presença mínima de 20% de membros independentes e seus integrantes não poderão manter relações sindicais, partidárias ou de parentesco com pessoas no comando do Poder Executivo ou da própria empresa.

As regras constam do anteprojeto de Lei de Responsabilidade das Estatais, cujo relatório preliminar foi aprovado ontem pela comissão mista encarregada de elaborar a matéria. A proposta irá agora a exame das duas Casas do Congresso, que poderão aprimorar o texto apresentado pelo relator, deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA).

As normas serão aplicadas a toda empresa pública e sociedade de economia mista da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

— Nos últimos tempos, em virtude do escândalo da Petrobras, ficou evidenciada a necessidade de que haja uma atenção maior com a governança das empresas estatais. Acreditamos que o relatório representa a linha média do sentimento — disse o relator.

Com 94 artigos, o anteprojeto da lei incorpora propostas que já se encontravam em tramitação no Senado, como o substitutivo ao Projeto de Lei



Presidente da comissão, Tasso Jereissati, e relator, deputado Arthur Oliveira Maia, em reunião ontem

do Senado (PLS) 167/2015, do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), que preside a comissão mista; o PLS 343/2015, do senador Aécio Neves (PSDB-MG); e o anteprojeto apresentado pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Eduardo Cunha, quando foi criada a comissão.

## Transparência

Presente à reunião da comissão mista, Renan manifestou total apoio ao projeto de lei e ressaltou que a transparência não pode circunstancialmente ser

conveniência para qualquer aprimoramento constitucional.

— Acho que não só com relação à Lei de Responsabilidade das Estatais, mas com relação às saídas para o Brasil, temos que perseverar, acreditar, fazer o que precisa ser feito para retomarmos o desenvolvimento e recuperarmos a condição de fazer a economia crescer.

José Serra (PSDB-SP) explicou que as emendas de sua autoria acatadas pelo relator coadunam-se ao “espírito” do projeto, pois criam restrições à ocupação de cargos nas estatais por

pessoas sem a devida qualificação técnica. O senador também sugeriu à comissão mista a identificação de todas as estatais, como forma de recomendar ao governo federal a extinção das empresas que deveriam ser fechadas. Ele disse que há hoje 140 estatais apenas no plano federal.

Para o presidente da comissão, projetos como esse devem provocar mudanças no futuro, “à medida que a governança começa a funcionar de maneira adequada, moldando não só a lei, mas a cultura da empresa”:

— A falta de controle de estatais causou talvez o maior escândalo da história do Brasil — afirmou Tasso.

O texto estabelece, entre outras regras, que as estatais deverão adotar práticas de governança e controles proporcionais à relevância, à materialidade e aos riscos do negócio do qual são participantes. Traz ainda dispositivos sobre licitações, contratos e fiscalização pelo Estado e pela sociedade.

Outro ponto tratado pelo texto é a definição das atribuições mínimas de fiscalização e controle a serem exercidas em participações em sociedades empresariais nas quais as sociedades de economia mista e empresas públicas não detenham o controle acionário.

## Texto reduz influência política em fundos de pensão

Proposta que pretende reduzir a influência política nas diretorias e melhorar a gestão e o poder decisório das entidades de previdência complementar patrocinadas por empresas estatais — os fundos de pensão — foi aprovada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ontem. O projeto segue para análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O texto (PLS 388/2015 — Complementar), de Paulo Bauer (PSDB-SC), determina que a escolha da diretoria-executiva dos fundos seja feita por processo seletivo, conduzido por comitê de seleção integrado por membros do conselho deliberativo e especialistas de notório saber. Essa adaptação, segundo o autor,

busca dar mais transparência e profissionalismo à indicação da diretoria e impõe uma barreira adicional às indicações de caráter político-partidário.

Está prevista ainda a alternância da presidência dos conselhos deliberativo e fiscal dos fundos de pensão entre os representantes das patrocinadoras e os representantes dos participantes e assistidos.

Hoje, metade do conselho deliberativo — responsável por nomear e destituir a diretoria-executiva — é escolhida pelos participantes e assistidos e outra metade, pelos patrocinadores. A mesma regra segue para o conselho fiscal. Já para a diretoria-executiva, as regras são estabelecidas pelo estatuto de cada entidade, sem

preceitos gerais para a escolha das presidências tanto dos conselhos quanto da diretoria.

Pelo texto, passa a ser requisito mínimo para ser membro dos conselhos ou da diretoria-executiva não ter exercido atividade de direção político-partidária nos 12 meses anteriores. Também fica proibida a atividade político-partidária a qualquer conselheiro ou diretor durante seus mandatos.

O relator, Dalírio Beber (PSDB-SC), afirma que a proposta é meritória. A ingerência política expõe os fundos a riscos elevados de perdas, avaliou.

— A partidarização dos fundos de pensão, inevitavelmente, tem trazido consigo a chaga da corrupção.

## Aprovada divulgação de dados pela administração indireta

Empresas integrantes da administração pública indireta federal poderão ter que divulgar nomes completos, currículos, endereços, telefones e e-mails institucionais de seus conselheiros e dirigentes na internet, de acordo com projeto aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Segundo Alvaro Dias (PSDB-PR) — que apresentou o texto aprovado, substitutivo ao PLS 502/2011, de Paulo Paim (PT-RS) —, a ocupação de cargos públicos não deve funcionar como “moeda de troca político-partidária”.

Alvaro buscou adequar o projeto de Paim à Lei de

Acesso à Informação (Lei 12.527/2011).

— O fornecimento de informações sobre aqueles que exercem funções estratégicas na administração permitirá o controle social sobre essas escolhas e vai ao encontro de outro princípio constitucional, o da publicidade — disse.

Paim define como dirigente na administração pública indireta todo o profissional que exerça funções de direção e chefia, do dirigente máximo da entidade até o terceiro nível hierárquico inferior.

Como o projeto foi alterado por substitutivo, deve ser votado em turno suplementar na CCJ na próxima semana.

## Avança proposta sobre eleições em tribunais

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem proposta de emenda à Constituição (PEC 15/2012) que democratiza as eleições para presidente e vice-presidente dos tribunais estaduais, tribunais do Trabalho e tribunais regionais federais (TRFs). A proposta é de autoria do ex-senador Vital do Rêgo e tem parecer favorável do relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Conforme Ferraço, a PEC pretende dar a todos os desembargadores o direito de disputar a administração das cortes de Justiça do país e permite a todos os magistrados vitalícios em atividade participar da votação, quando hoje apenas 17% da magistratura pode fazê-lo. Estabelece ainda que a eleição

para o comando dos tribunais estaduais e TRFs ocorra por maioria absoluta e voto direto e secreto.

Ferraço reconheceu a existência de questionamento legal sobre a regulação da matéria por emenda constitucional. O entendimento seria que disciplinar provimento de cargos de direção nos tribunais estaduais e TRFs é competência exclusiva do STF. No entanto, diverge dessa tendência:

“O Poder Legislativo pode fazer emenda constitucional para estabelecer alterações desse jaez. A prerrogativa do STF para editar uma nova lei orgânica da magistratura não se constitui em óbice à iniciativa parlamentar para aprovar emenda constitucional.”

## Paim relata atuação à frente de colegiado

O presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH), Paulo Paim (PT-RS), apresentou ontem, na reunião do colegiado, um balanço de sua gestão no primeiro semestre. O senador destacou, entre outras medidas, a aprovação da Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (SCD 4/2015); o Projeto de Lei do Senado (PLS) 171/2013, que dispõe sobre apadrinhamento legal; o PLS 240/2014, que disciplina o Programa de Aquisição de Alimentos; a SUG 16/2014, de autoria do Programa Senado Jovem, que institui a Semana dos Direitos Humanos; e o PLS 68/2015, que torna desnecessária a compensação de jornada para servidor público

federal que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência.

Paim ressaltou ainda 14 diligências realizadas: em um assentamento definitivo de famílias acampadas em São Sebastião (DF); em Curitiba, para averiguar excessos cometidos pela polícia paranaense contra manifestantes; e outras 12 para debater a terceirização no país em Minas Gerais, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Amazonas e Roraima.

O relatório será enviado para todos os senadores e também está disponível para consulta por toda a sociedade na internet.



Relatório de Ferraço considerou as informações apresentadas pelo procurador-geral da República suficientes para a arguição, mas Collor apresentou documento “adicional” com denúncias

## Sabatina de Rodrigo Janot é confirmada para quarta

A SABATINA DE Rodrigo Janot, indicado à recondução para o cargo de procurador-geral da República, deve ocorrer na quarta-feira. O relator, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), leu ontem o parecer sobre a indicação, considerando suficientes para análise as informações apresentadas.

Após a entrega de um “relatório adicional” por Fernando Collor (PTB-AL), a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) concedeu vista coletiva à indicação, por cinco dias úteis.

Collor apresentou voto em separado por considerar que faltavam informações relativas a pedidos de investigação, no Senado, de atos de Janot, e a duas fiscalizações em tramitação no Tribunal de Contas da União (TCU) sobre contratos firmados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) para locação de imóvel e serviços de comunicação.

Nos pedidos de investigação, todos de autoria dele, Collor acusa Janot de seletividade, inércia, abuso de poder, indução, autopromoção, desperdício de dinheiro público e improbidade administrativa.

— Além de todas essas ações passíveis de julgamento e condenação, há uma infundável lista de condutas ilícitas, repro-

váveis e abusivas praticadas pela PGR e que foram objeto de denúncias — disse.

Este mês, Collor acusou o procurador-geral de tentar envolvê-lo na Operação Lava-Jato para se autopromover.

Ferraço ressaltou que as informações poderão ser avaliadas e questionadas pelos senadores na sabatina, “que é o ambiente adequado, republicano e democrático para que esses contraditórios possam ser esclarecidos”.

### Subsídio

O presidente da CCJ, José Maranhão (PMDB-PB), acolheu a manifestação de Collor como “adicional” para subsidiar a relatoria.

Collor afirmou que não estava adiantando o voto e que desejava apenas acrescentar ao processo os dados relativos às investigações mencionadas, para que sejam considerados.

Janot foi indicado para novo mandato, no dia 8 de agosto, pela presidente Dilma Rousseff. Ele havia sido o mais votado em eleição conduzida pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), e Dilma seguiu a tradição de escolher o preferido pela categoria. Janot teve 799 votos contra 462 de Mario Bonsaglia, 402 de



Ferraço: sabatina será o ambiente para questionamentos ao procurador

Raquel Dodge e 217 de Carlos Frederico Santos.

Na terça-feira, após reunião com Janot, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que a votação da indicação em Plenário deve ocorrer no mesmo dia da sabatina na CCJ.

Renan declarou que é responsabilidade do Congresso conduzir o processo com serenidade.

— Tudo que precisar ser feito pelo Legislativo para que possamos sinalizar com normalidade neste momento de preocupação nacional será feito — disse.

Para ser aprovada no Plenário, a indicação de Janot depende dos votos favoráveis de pelo menos 41 senadores, maioria absoluta da Casa.

## Comissão aprova projeto de reforma política da Câmara

A Comissão da Reforma Política aprovou o texto-base do projeto que veio da Câmara com temas como o financiamento de campanha, coligações proporcionais, calendário eleitoral, custo de campanha, Fundo Partidário e organização partidária.

Os destaques apresentados ao PLC 75/2015 vão ser votados na terça-feira.

— São dez sugestões de mudanças que serão examinadas uma a uma — explicou o presidente da comissão, Jorge Viana (PT-AC).

Em seguida, a proposta seguirá ao Plenário do Senado em regime de urgência.

O relator, Romero Jucá (PMDB-RR), incorporou propostas já aprovadas na comissão e no Senado e sugestões do Tribunal Superior Eleitoral e de outros senadores. O propósito das alterações, disse Jucá, foi o de agilizar a aprovação da reforma no Congresso para que pelo menos parte das mudanças possa valer para as eleições municipais do ano que vem.

Ele disse que a reforma política votada na comissão é um avanço, pois dá mais transparência ao processo eleitoral, diminui os custos das campanhas, disciplina as doações e cria novas normas para as coligações em eleições proporcionais. Acrescentou que, no início dos trabalhos, houve questionamentos sobre a possibilidade de uma revolução no sistema político.

— É impossível fazê-lo em momentos de democracia, porque, na verdade, as contribuições vêm sendo agregadas e os ajustes, feitos — afirmou.

Uma das polêmicas é sobre coligações nas eleições proporcionais (para vereador e deputado federal, estadual ou distrital). A proposta aprovada quer evitar que campeões de votos elejam candidatos com votação píflia. Por outro lado, permite a federação de partidos.

O projeto ainda modifica as regras para participar do rateio dos recursos públicos que compõem o Fundo Partidário e o tempo da propaganda eleitoral no rádio e TV.

### Financiamento

Pelo projeto aprovado, para financiamento de campanha, as pessoas físicas podem doar até 10% dos rendimentos recebidos no ano anterior à eleição. Já as empresas podem repassar, apenas para os partidos, até 2% da receita bruta. Uma das emendas a serem votadas na terça-feira, apresentada por Tasso Jereissati (PSDB-CE), prevê um teto de R\$ 100 mil para as doações das pessoas físicas e de R\$ 10 milhões para as empresas. Tasso disse que essa barreira seria moralizadora, impedindo que empresas muito grandes possam “comandar” as campanhas. O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que os projetos da reforma terão prioridade de votação no Plenário.

### Humberto: brasileiros rechaçam ruptura da ordem democrática

O líder do PT, Humberto Costa (PE), afirmou que, mesmo sendo legais e legítimas, as manifestações que ocorreram no último domingo contra o governo da presidente Dilma Rousseff não representam os brasileiros que estão insatisfeitos. Para o senador, os protestos reuniram pessoas que defendem “mudança de governo, não no governo”.

— Respeitamos esses 800 mil, esse milhão de pessoas que os protestos reúnem. Os brasileiros insatisfeitos querem mudanças no Brasil. Mas rechaçam o golpismo, rechaçam o impeachment, rechaçam qualquer saída que flerte com a ruptura da ordem democrática. Os brasileiros insatisfeitos com a atual conjuntura querem saídas sérias para a crise. Não querem agravá-la — afirmou.



Pedro Franco/Agência Senado

### Dilma renunciaria se tivesse visão de estadista, diz Caiado

O líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), afirmou que a presidente Dilma Rousseff deve deixar o cargo. Para o senador, o Brasil não suporta mais a insegurança jurídica generalizada. O resultado da situação, segundo ele, é que faltam investimentos no país, aumenta o desemprego e há risco de hiperinflação.

— Se tivesse uma visão de estadista, ela teria a atitude que é das grandes pessoas que sabem o que é uma Presidência da República, caminharia em reconhecer a sua incapacidade de representar o país e renunciaria, para que pudéssemos convocar novas eleições.

Caiado também criticou o governo pela proposta de aumentar a carga tributária ao mesmo tempo em que anuncia a abertura de créditos subsidiados para o setor automotivo.



Waldemir Barreto/Agência Senado

### Fátima pede que cidadãos participem de marcha pró-governo

Fátima Bezerra (PT-RN) conclamou os militantes de esquerda a participar da manifestação que ocorre hoje em todo o país em defesa da democracia e contra o golpismo.

Para ela, é preciso construir uma cultura do diálogo e rechaçar qualquer tentativa de discurso de ódio e intolerância, características que marcaram, na opinião da senadora, as manifestações do domingo contra o governo da presidente Dilma.

— As manifestações de amanhã [hoje] serão um contraponto ao discurso preponderante nas manifestações do último domingo, que pregaram o golpismo pelo impeachment ou ainda se acharam no atrevimento de, de repente, aconselhar uma presidente democraticamente eleita e com base social a renunciar.



Pedro Franco/Agência Senado

### Lula é o culpado da crise econômica e política, afirma Lasier

Lasier Martins (PDT-RS) cobrou do governo federal ações efetivas que resolvam a crise política e financeira. O senador afirmou que o cenário aponta um agravamento da crise e que é preciso agir rápido.

Ele culpou Luiz Inácio Lula da Silva pela situação. Lasier disse que o ex-presidente não coibiu o escândalo do mensalão e foi responsável pela nomeação dos principais envolvidos nas irregularidades da Petrobras. Além disso, teria faltado a Lula propor uma política macroeconômica efetiva.

Ele ressaltou, porém, que a crise fez despontar ao menos um ponto positivo: a atuação do Ministério Público, da Polícia Federal e da Justiça Federal. Na opinião do senador, essas instituições alimentam a esperança do brasileiro de que é possível vencer a corrupção.



Pedro Franco/Agência Senado

### Segundo Otto, governo precisa agir para evitar quebra de bancos

Otto Alencar (PSD-BA) pediu ao governo uma solução que evite a “quebradeira de bancos”, o que colocaria em risco o sistema financeiro nacional. Segundo ele, as 22 empresas envolvidas na Operação Lava-Jato devem R\$ 130 bilhões a bolsas e bancos e estão com os pagamentos atrasados. Segundo o senador, esse atraso se deve ao fato de o governo não estar pagando o que deve às empreiteiras por obras do Minha Casa, Minha Vida e creches, por exemplo. Ele disse que, por causa desses atrasos, algumas construtoras até desistiram de contrato de montagem eletromecânica em uma usina em Angra 3.

Para Otto, é necessário evitar o calote generalizado porque isso poderia levar à quebra de bancos e teria outras consequências para o país.



Jefferson Rudy/Agência Senado



# Senadores criticam PEC que permite redução de verba de fundos regionais

Proposta em análise na Câmara libera governo para desvincular 30% dos recursos dos fundos do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste

SENADORES DAS REGIÕES Norte, Nordeste e Centro-Oeste criticaram ontem a proposta de emenda à Constituição que pode reduzir em 30% os repasses para os fundos constitucionais de financiamento dessas regiões (FNO, FNE e FCO). A aplicação dos recursos foi debatida em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

A Constituição determina que 3% da arrecadação federal deve ser destinadas às três regiões por meio dos fundos constitucionais. A PEC 87/2015 é de autoria do Executivo e atualmente está em tramitação na Câmara. A proposta permite a desvinculação de 30% dos recursos destinados aos fundos.

Representantes de bancos responsáveis pelas operações com os fundos destacaram que esses recursos são fundamentais para o financiamento de

pequenas empresas e produtores rurais.

Janio Carlos Macedo, diretor de Governo do Banco do Brasil, afirmou que o dinheiro do FCO chegou a todos os municípios do Centro-Oeste: 76% dos recursos foram para empresas e agropecuaristas de menor porte. O presidente do Banco da Amazônia, Valmir Rossi, ressaltou que o FNO é aplicado em todos os sete estados da Região Norte.

Marcos Holanda, presidente do Banco do Nordeste, citou um estudo que mostra que as empresas que receberam recursos do FNE tiveram crescimento de emprego quase três vezes maior do que as que não receberam.

— Este é o propósito maior do fundo constitucional: promover o desenvolvimento da região, aumentar o bem-estar da população.



Simone Tebet conduz o debate na Comissão de Desenvolvimento Regional

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) criticou a proposta:

— O governo patrocina uma PEC para retirar, a partir do ano que vem, 30% dos recursos do fundo constitucional. Quero fazer um apelo aos membros desta comissão que formulem um veemente apelo. Não vamos votar nada enquanto o governo não revir essa decisão.

Simone Tebet (PMDB-MS),

que presidiu a reunião, anunciou que deixará de apoiar o governo em algumas votações:

— Enquanto essa PEC estiver tramitando no Congresso, se o governo colocar o projeto de regularização dos ativos no exterior, vai ter meu voto em contrário — disse, referindo-se ao PLS 298/2015, uma das prioridades do governo no Senado.

## Texto que fixa prazo para preso ser levado a juiz terá nova votação

O projeto que regulamenta a audiência de custódia e estabelece prazo máximo de 24 horas para uma pessoa presa em flagrante ser apresentada ao juiz (PLS 554/2011) terá que passar por nova votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta já passou pela primeira aprovação. Ontem foi concedida vista coletiva do texto após o relator, Humberto Costa (PT-PE), ter acolhido emenda no substitutivo.

O projeto é de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). A emenda acolhida ontem é de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

— Se houver emendas acolhidas no turno suplementar, o parecer [substitutivo] terá de ser votado novamente — explicou o presidente da CCJ, José Maranhão (PMDB-PB).

O reexame do substitutivo foi reforçado por questionamentos feitos por Romero Jucá (PMDB-RR) e Ronaldo Caiado (DEM-GO).

## CPI viajará a Manaus para apurar assassinato de jovens

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Assassinato de Jovens aprovou ontem a realização de uma viagem a Manaus para investigar o aumento do número de homicídios na cidade. O pedido foi apresentado por Lindbergh Farias (PT-RJ), que lembrou a ocorrência em Manaus de 35 assassinatos, sendo 24 de jovens, em apenas um fim de semana.

A CPI também aprovou a realização de uma audiên-

cia pública para discutir os homicídios cometidos pela polícia militar. Deverão ser convidados representantes do Movimento Mães de Maio, formado por mulheres que perderam filhos de forma violenta, em consequência de ações do Estado.

Também devem participar da audiência representantes do Instituto Igarapé e da Anistia Internacional. A audiência foi marcada para as 19h30 de segunda-feira.

## Mudança no Código do Consumidor entra em pauta

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá votar na próxima semana mudanças no Código de Defesa do Consumidor (CDC) e normas de segurança mais rígidas contra incêndios e desastres em áreas públicas. A decisão foi tomada ontem após entendimentos entre o presidente da CCJ, José Maranhão (PMDB-PB), e Ricardo Ferraço (PMDB-ES) e Paulo Paim (PT-RS), relatores das

propostas, respectivamente.

Ferraço apresentou substitutivo ao PLS 281/2012, que cria uma nova seção no CDC para tratar do comércio pela internet. O projeto tramitava em conjunto com outras 26 propostas, examinadas anteriormente por uma comissão de juristas instalada na última gestão de José Sarney como presidente do Senado.

A outra proposta, o PLC 33/2014, tem

parecer favorável de Paulo Paim, com três emendas de redação. O texto define normas de segurança e cria regras de funcionamento para estabelecimentos como boates, bares, cinemas, teatros, prédios públicos, restaurantes, hotéis, hospitais, escolas e circos. O projeto foi motivado pelo acidente ocorrido na boate Kiss, em Santa Maria (RS), onde mais de 200 pessoas morreram vítimas de incêndio em 2013.

## Lúcia Vânia rejeita desvinculação de recursos para estados

Lúcia Vânia (sem partido-GO) declarou-se perplexa com a proposta do governo de desvinculação



das receitas da União aos fundos constitucionais. Para ela, é uma afronta aos estados que têm nesses fundos a única fonte de recursos para desenvolvimento.

A senadora destacou que os fundos geram emprego e renda ao financiar empreendimentos de grande aceitação e baixa inadimplência.

## Garibaldi anuncia chegada das águas do São Francisco ao RN

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) informou que a presidente Dilma vai a Cabrobó (PE)



na sexta visitar as obras no São Francisco e acionar as bombas que levarão águas do rio para o Rio Grande do Norte. Com 77% da transposição pronta, o senador pediu celeridade:

— As obras precisam ser aceleradas, para a água chegar no início do segundo semestre de 2016, e não no fim.

## Petecão pede conclusão de obras na BR-364, no Acre

Sérgio Petecão (PSD-AC) destacou a situação caótica da rodovia BR-364, no Acre. Ele manifestou



desprazer ao ouvir do governador Tião Viana que a rodovia segue incompleta por culpa da oposição.

O senador, que defendeu investigação sobre desvio de recursos na obra, disse que a BR é fundamental para o Acre e todos são a favor da conclusão da rodovia.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana

**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá

**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves

**Segundo-secretário:** Zeze Perrella

**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli

**Quarta-secretária:** Ângela Portela

**Suplentes de secretário:**

Sérgio Petecão, João Alberto, Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira

**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez

**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho

**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano

**Diretor-adjunto:** Flávio Faria

**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia

**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá

**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes

**Coordenação de Edição:** Silvío Burle

**Coordenação de Multimídia:** James Gama

**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## JORNAL DO SENADO

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Sefgraf)



# Avança criação de regras para exames de DNA

Segundo proposta, que agora precisa passar por 2ª votação em comissão, testes genéticos só poderão ser feitos com o consentimento do indivíduo periciado, a não ser que seja para fins de identificação criminal

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem um projeto que fixa regras para a realização e a análise de exames genéticos em seres humanos e a exigência do consentimento do indivíduo a ser periciado ou de seu representante legal.

De acordo com o projeto (PLC 44/2012), no entanto, para exame de determinação de paternidade ou vínculo genético, se o periciado não se encontrar em condições de consentir nem tiver representante legal, isso poderá ser feito por autorização judicial. Ficam excluídos das regras os exames genéticos para fins de identificação criminal.

A proposta precisa passar por segunda votação na CAS. A decisão da comissão é terminativa (não exige aprovação do Plenário).

O projeto é de autoria do ex-deputado Zenaldo Coutinho. Ele justificou a iniciativa afirmando que se preocupava com a qualidade dos labora-



Waldemir Moka, autor do substitutivo aprovado ontem em primeira votação

tórios e com os prejuízos que um exame de DNA duvidoso pode gerar à família e ao patrimônio de um indivíduo sobre quem recai uma suspeita de paternidade.

O projeto estabelece que os laboratórios, os profissionais e os procedimentos deverão seguir critérios técnicos a serem estabelecidos em regulamento da autoridade sanitária.

O texto aprovado é um substitutivo elaborado por Waldemir Moka (PMDB-MS). Ele retirou a permissão para

que “profissional graduado de qualquer das ciências da vida humana” possa atestar e laudar os exames. Para Moka, é necessário garantir que o profissional seja graduado em profissão legalmente habilitada para a realização de exames genéticos, com especialização na área de genética molecular.

O senador também acatou uma emenda que estabelece limites para a realização de exame de determinação de vínculo genético mediante autorização judicial.

## Proposta limita uso de gordura trans em alimentos

Proposta aprovada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) prevê limites e a redução gradual do teor de gordura vegetal hidrogenada (gordura trans) em alimentos produzidos no país.

O projeto — substitutivo de Marcelo Crivella (PRB-RJ) ao PLS 181/2007, de Paulo Paim (PT-RS) — segue para análise

terminativa da Comissão de Agricultura (CRA).

O objetivo é combater o desenvolvimento de doenças cardiovasculares. Pelo texto, serão estabelecidos em regulamento da autoridade sanitária federal os teores máximos de gordura trans para cada tipo de produto alimentício. Esses teores serão

revisados conforme a evolução do conhecimento científico sobre o tema. A autoridade sanitária também definirá prazos para a adequação de cada tipo de produto.

Paim elogiou a “flexibilidade” do texto construído por Crivella, que garante tempo às indústrias para a redução do uso da substância.

## Texto é modificado para que verba de fundo seja usada pela polícia

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem o substitutivo ao PLS 304/2011, de Eunício Oliveira (PMDB-CE), que vincula os recursos do Fundo Nacional Antidrogas (Funad) exclusivamente a ações de prevenção, redução de danos e assistência de dependentes de drogas.

O substitutivo foi elaborado por Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Pouco antes da votação, Ferraço anunciou o acolhimento de uma emenda recém-apresentada por Humberto Costa (PT-PE). O projeto vai agora para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Originalmente, o projeto estabelecia a destinação exclusiva de recursos do Funad para ações e serviços públicos de saúde e assistência social a

dependentes de drogas lícitas ou ilícitas. Humberto resolveu apresentar uma emenda por não julgar essa restrição “razoável”.

— A supressão de tais recursos das polícias, que já encontram dificuldades para o cumprimento de seu mister constitucional, colaboraria com o fortalecimento das organizações criminosas que agem no comércio ilícito de substâncias entorpecentes — argumentou Humberto.

Outra mudança incluída no substitutivo é a exigência de que os órgãos receptores dos recursos do Funad prestem contas de forma detalhada e pública sobre a aplicação do dinheiro.

O Funad recebe recursos derivados da apreensão de bens e valores do narcotráfico.

## Em pauta, a estrutura da Instituição Fiscal Independente

A Instituição Fiscal Independente (IFI) terá um conselho diretor com 3 membros, 5 assessores técnicos e um corpo de até 50 funcionários exclusivos, que poderá ser parcialmente formado por servidores da Câmara e do Senado.

Essa é a estrutura sugerida para o órgão, a ser criado no Congresso para avaliar a política fiscal do país, conforme o substitutivo de José Serra (PSDB-SP) à PEC 83/2015, de Renan Calheiros (PMDB-AL).

O texto foi discutido ontem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Um pedido de vista coletiva transferiu a votação para a próxima semana.

— De acordo com emendas apresentadas por diferentes senadores, resolve-se uma questão que preocupou vários deles, que é o aproveitamento



José Maranhão, que conduziu debate sobre o projeto da IFI na comissão

das instituições já existentes, no caso a Consultoria do Senado, a Consultoria da Câmara e seus setores referidos ao Orçamento — explicou Serra.

O relator informou que existem entidades como o IFI em 28 países. Assim como o órgão proposto na PEC 83/2015, no exterior as entidades não têm papel normativo ou de fiscalização, mas de acompanhamento e divulgação de

estimativas de evolução das variáveis fiscais.

Outra modificação introduzida pelo relator a partir de emendas recebidas foi o mandato de seis anos para os três integrantes do conselho diretor, sem recondução. Um será indicado pelo presidente do Congresso, um pela Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e um pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara.

Os indicados serão submetidos a arguição pública e precisarão ser aprovados pelo Congresso. Não poderão exercer outra atividade profissional nem ser filiados a partido político. Só poderão ser exonerados em caso de renúncia, condenação judicial transitada em julgado, processo administrativo disciplinar ou voto de censura aprovado pelas duas Casas do Congresso.

## Proposta concede incentivo fiscal a sistemas de energias solar e eólica

Redução de juros para financiamento de sistemas de geração de energia fotovoltaica e eólica de pequeno porte e queda no preço dos equipamentos desses sistemas são objetivos de projeto aprovado ontem pela Comissão de Infraestrutura (CI).

O texto (PLS 475/2013) prevê que fique isento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) o financiamento de equipamentos para geração de energia elétrica de capacidade reduzida que utilizem energia do sol e dos ventos. Também isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Importação (II).

O projeto, de Lídice da Mata (PSB-BA), teve voto favorável do relator, Elmano Férrer

(PTB-PI). O texto passará pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Para estimular a expansão do uso das energias solar e eólica, Lídice sugere que o governo estipule taxas de juros favorecidas e prevê que o Tesouro cobrirá a diferença quando a taxa cobrada pelo mercado financeiro for mais alta. Em situação inversa, quando os juros pagos forem acima dos do mercado, os bancos recolherão a diferença aos cofres do governo.

Para Elmano, incentivos como os do projeto ajudarão a expandir a geração de energias solar e eólica em residências e pequenos comércios.

— O projeto repara erros do passado e estimula os pequenos negócios — disse.

## Comissão aprova isenção de IPI para caminhoneiro autônomo

Foi aprovado na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) projeto que isenta do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) os caminhões de fabricação nacional adquiridos por transportadores autônomos de carga.

A proposta vai agora à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde terá decisão terminativa.

O benefício estabelecido no projeto (PLS 235/2015), de Alvaro Dias (PSDB-PR), terá validade até 2020 e poderá ser utilizado apenas uma vez a cada cinco anos. Caso venda o veículo a pessoa que não seja transportadora autônoma com menos de cinco

anos após a data de compra, o caminhoneiro será obrigado a recolher o equivalente ao valor da isenção.

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE) apoiou a proposta, mas questionou a falta de previsão de ressarcimento aos Fundos de Participação dos Municípios (FPM) e dos Estados (FPE). O relator na CI, Valdir Raupp (PMDB-RO), sugeriu que a discussão sobre mecanismos de compensação por renúncia fiscal seja feita na CAE.

Blairo Maggi (PR-MT) discordou do projeto e disse que os transportadores autônomos já contam com regras favorecidas quando disputam mercado com as empresas.



# Comissão de juristas vai buscar desburocratização

Senado aprova criação de colegiado especial que tem objetivo de apontar para uma reestruturação econômica do Brasil, analisando projetos que já tramitam no Congresso e apresentando propostas

O PLENÁRIO APROVOU ontem requerimento das lideranças partidárias para a criação de comissão especial de juristas, composta por 14 membros titulares e igual número de suplentes. A finalidade é propor soluções para o desenvolvimento nacional.

O objetivo é a sistematização de propostas que apontem para uma reestruturação econômica do Brasil. A comissão vai discutir textos já em tramitação no Congresso e apresentar anteprojeto de lei que tratem da desburocratização da administração pública.

O grupo de especialistas deverá também estabelecer uma ponte de diálogo com a Câmara dos Deputados, de modo que o debate sobre esse tema possa se dar de forma coordenada entre as duas Casas do Congresso Nacional.

A comissão será composta pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Mauro Campbell Marques, que



Renan defende que o Congresso avance após a aprovação do ajuste fiscal

presidirá o colegiado; Eumar Roberto Novacki; João Geraldo Piquet Carneiro; Mauro Roberto Gomes de Mattos; Otavio Luiz Rodrigues Junior; Aristóteles de Queiroz Camara e Mary Elbe Queiroz.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que pretende também a criação de outra comissão, formada por senadores, para selecionar projetos de lei promissores dentro dessa área, unificar a

tramitação e emitir pareceres para que eles possam ser votados em Plenário de forma mais ágil. As iniciativas integram o esforço de correção de rumos do país após a conclusão do ajuste fiscal.

— Precisamos tirar esse ajuste da nossa frente, olhar para o pós-ajuste e colaborar com uma agenda orgânica e suprapartidária que atenda o interesse nacional — afirmou Renan.

## Reajuste do piso de professor gera divergência em debate

Divergências sobre os critérios de correção do piso nacional dos professores marcaram audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) ontem.

No debate sobre a valorização dos profissionais de educação, a consultora da Confederação Nacional de Municípios (CNM) Mariza Abreu defendeu a aprovação de projeto, em tramitação na Câmara, que corrige o piso pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) nos 12 meses anteriores à data do reajuste. O PLC 321/2009 foi proposto em 2008 pelo então presidente Lula.

Fátima Bezerra (PT-RN) discorda da proposta. Para a senadora, foi graças ao critério estabelecido pela Lei 11.738/2008 — o mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano — que o piso teve um ganho real (acima da inflação) de 37% entre 2010 e 2015. O valor está hoje em R\$ 1.917,78.

O secretário de Articulação

com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação, Binho Marques, disse que a pasta, reconhecendo os impactos financeiros produzidos pela forma de atualização prevista na Lei 11.738 nas folhas de pagamento de pessoal do magistério da educação básica, criou um fórum permanente para acompanhamento do assunto. Segundo Binho, apenas 52% dos estados cumprem integralmente o piso, com o pagamento também da hora-atividade (o terço da carga horária dos docentes da educação básica dedicado às atividades extraclasse).

— Mesmo com aumento acima da inflação, o salário médio dos profissionais do magistério equivale a 72,7% da média dos demais profissionais com pelo menos 12 anos de escolaridade — disse.

A presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope), Iria Brzezinski, defendeu a criação de um sistema nacional de formação e valorização profissional, como parte do Sistema Nacional de Educação.

## Cidades mais pobres podem receber verba em dobro para merenda escolar

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem o PLS 217/2015, de Roberto Rocha (PSB-MA), que determina que, nas escolas dos municípios onde há extrema pobreza, deverá ser destinado o dobro, em valores per capita, de merenda escolar em relação às demais cidades, para cada etapa e modalidade de ensino.

O relatório aprovado é de João Capiberibe (PSB-AP) e deixa claro que os municípios em extrema pobreza são aqueles nos quais 30% ou mais das famílias nele residentes estejam

cadastrados nos Programas Brasil sem Miséria ou Bolsa Família. O projeto segue para a Comissão de Educação (CE).

— Nesses lugares, quando chega a época das férias, infelizmente é comum vermos crianças chorando de fome. A merenda é a principal refeição que eles fazem, são os filhos da fome — afirma Roberto Rocha.

A mesma observação foi feita por Capiberibe:

— Em muitas áreas rurais a principal motivação das crianças pra ir à escola ainda é a merenda — disse.

## PEC inclui direito à internet na Constituição

Proposta de emenda à Constituição aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) inclui entre os direitos sociais previstos na Constituição o direito ao acesso à internet. O texto (PEC 6/2011) terá de ser votado em dois turnos pelo Plenário do Senado antes de seguir para a Câmara.

Segundo o autor, o ex-senador Rodrigo Rollemberg, muitos direitos previstos na Constituição, como o direito à informação, à educação, ao trabalho e à remuneração digna, dependem cada vez mais

do acesso a novas tecnologias.

“A inclusão desse novo direito na Constituição contribuirá decisivamente para a superação das desigualdades brasileiras e dará um amplo horizonte de oportunidades aos nossos cidadãos hoje inexoravelmente excluídos de um futuro melhor”, diz Rollemberg na justificativa.

No parecer favorável à PEC, a relatora, Ângela Portela (PT-RR), citou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) que apontavam, em 2013, o acesso à internet em 50% dos lares

brasileiros. Segundo a senadora, relatório recente da União Internacional de Telecomunicações (UIT) coloca o Brasil na 65ª posição entre 166 avaliados no acesso a novas tecnologias de informação e comunicação.

“A elevação do direito de acesso à internet ao patamar constitucional terá o condão de exigir o estabelecimento, pelo Estado brasileiro, de políticas públicas que minimem ou eliminem a exclusão digital que marginaliza um contingente significativo da população”, considera Ângela.

## Dilma aplica “duro golpe” na educação, diz Bauer

Paulo Bauer (PSDB-SC) advertiu que os cortes que estão sendo feitos no ensino terão “consequências nefastas”. Ele disse que a restrição atinge da educação infantil à pós-graduação e acusou o governo de, com isso, fazer caixa para continuar gastando em outras atividades.

O senador afirmou que houve redução de 75% das verbas da pós-graduação e que as universidades federais perderam 30% do dinheiro para graduação. Parte do dinheiro seria usado no pagamento de água e luz e no salário de pessoal de segurança e limpeza.

— A combatida educação vem recebendo duros golpes neste segundo mandato da presidente Dilma.



Pedro Franco/Agência Senado

## Gurgacz elogia aumento da oferta de energia

Acir Gurgacz (PDT-RO) elogiou o Programa de Investimento em Energia Elétrica, anunciado pelo governo, para aumentar a oferta e assegurar a regularidade no fornecimento de energia. Ele relatou ocorrência de apagões, semana passada, no Acre e em Rondônia, que se estenderam por três horas. Para o senador, apagões como esses poderão ser evitados com as obras do programa.

Em Rondônia, serão investidos R\$ 530 milhões em linhas de transmissão.

— O aumento da produção de energia e a modernização do sistema de distribuição, com a redução das perdas, também devem contribuir para reduzir a tarifa para os consumidores.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Ataídes Oliveira quer concurso para o Carf

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) defendeu ontem a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 112/2015 que estabeleça a obrigatoriedade de concurso público para conselheiro do Carf. O órgão — Conselho Administrativo de Recursos Fiscais — é a última instância para recursos em caso de débitos tributários e foi alvo da Operação Zelotes, da Polícia Federal.

A proposta, que foi elaborada pela CPI do Carf, pode levar a União a recuperar parte dos R\$ 500 bilhões em litígio, atualmente, no âmbito do Carf. O senador afirmou que a PEC deve solucionar os problemas enfrentados pelo Carf, especialmente os apurados na Operação Zelotes.



Jefferson Rudy/Agência Senado

## Alvaro critica operações do BNDES no exterior

Alvaro Dias (PSDB-PR) considerou uma “lástima” os empréstimos feitos pelo BNDES, com prazo diferenciado e juros subsidiados, a empresas e governos estrangeiros. Ele explicou que um decreto de dezembro de 2007 alterou o estatuto do banco, ampliando a possibilidade de empréstimos subsidiados. No ano seguinte, o BNDES concedeu R\$ 17 milhões em subsídios. Em 2009, o montante saltou para R\$ 4,5 bilhões. Cinco anos depois, o total passou dos R\$ 21 bilhões.

— Foram bilhões de dólares. Ainda não sabemos taxas de juros, valor real, carência, objetivo e se o país recuperará esses valores, porque há nações que recebem o perdão das dívidas.



Jefferson Rudy/Agência Senado